

NOTA PÚBLICA

Fórum Popular de Justiça Ambiental e Climática de Rio das Ostras

O Fórum Popular de Justiça Ambiental e Climática de Rio das Ostras manifesta profunda preocupação com os impactos das chuvas que, mais uma vez, atingiram diversas famílias nestes últimos dias, nos bairros como o Âncora, Cláudio Ribeiro e Cidade Praiana.

Os recorrentes alagamentos evidenciam a ausência de um planejamento urbano e ambiental estruturado, especialmente no que se refere à gestão fluvial do município, marcada por rios assoreados, sistemas de drenagem insuficientes e pela inexistência de políticas permanentes de prevenção, mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

É fundamental reconhecer que as alterações no regime de chuvas e a intensificação de eventos extremos constituem efeitos incontornáveis das mudanças climáticas, resultantes, sobretudo, da ação humana sobre os territórios e os ecossistemas. Diante desse cenário, impõe-se à sociedade e ao poder público o dever de repensar os modos de produzir, de ocupar o solo urbano e de viver nas cidades, o que exige planejamento territorial e ambiental anterior à ocorrência dos eventos, e não apenas respostas emergenciais diante de tragédias anunciadas.

Nesse sentido, é urgente que o poder público e a sociedade civil conheçam, acompanhem e participem de forma ativa e permanente do debate sobre o Plano Clima, bem como sobre as estratégias por meio das quais o município de Rio das Ostras se integrará às políticas nacionais e estaduais de enfrentamento às mudanças climáticas, assegurando a formulação e a implementação de ações concretas de adaptação, de prevenção de riscos e de redução das injustiças ambientais que recaem, de forma profunda, as populações mais pobres.

Conforme estabelecido na Carta Compromisso 2025, protocolada na Prefeitura Municipal e na Câmara de Vereadores, defendemos medidas estruturantes como:

- Revisão do Plano Diretor com participação popular;
- Mapeamento de áreas vulneráveis e investimentos prioritários em infraestrutura urbana e ambiental;
- Elaboração e implementação de um plano municipal de resposta a desastres;
- Fortalecimento da política municipal de educação ambiental;
- Implementação de políticas públicas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas;
- Monitoramento, recuperação e proteção dos recursos hídricos.

As enchentes não são eventos isolados. Elas expressam a combinação entre a crise climática, a ausência de políticas públicas integradas, a fragilidade do planejamento territorial, a ocupação inadequada do solo e a insuficiência de ações preventivas permanentes.

CARTA COMPROMISSO



Ao mesmo tempo, afirmamos ainda que é imprescindível que empreendimentos de grande porte, como a autorização de resorts e de condomínios de alto padrão em áreas sensíveis do território, inclusive em regiões próximas a canais e cursos d'água, sejam submetidos a rigorosos critérios técnicos, ambientais e urbanísticos, com ampla transparência e efetiva participação da sociedade civil nos processos de licenciamento e tomada de decisão, considerando seus impactos sociais, ambientais e climáticos para a cidade.

Conforme estabelecido na Carta Compromisso 2025, protocolada na Prefeitura Municipal e na Câmara de Vereadores, defendemos medidas estruturantes como:

- Revisão do Plano Diretor com participação popular;
- Mapeamento de áreas vulneráveis e investimentos prioritários em infraestrutura urbana e ambiental;
- Elaboração e implementação de um plano municipal de resposta a desastres;
- Fortalecimento da política municipal de educação ambiental;
- Implementação de políticas públicas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas;
- Monitoramento, recuperação e proteção dos recursos hídricos.

As enchentes não são eventos isolados. Elas expressam a combinação entre a crise climática, a ausência de políticas públicas integradas, a fragilidade do planejamento territorial, a ocupação inadequada do solo e a insuficiência de ações preventivas permanentes.

Ao mesmo tempo, afirmamos ainda que é imprescindível que empreendimentos de grande porte, como a autorização de resorts e de condomínios de alto padrão em áreas sensíveis do território, inclusive em regiões próximas a canais e cursos d'água, sejam submetidos a rigorosos critérios técnicos, ambientais e urbanísticos, com ampla transparência e efetiva participação da sociedade civil nos processos de licenciamento e tomada de decisão, considerando seus impactos sociais, ambientais e climáticos para a cidade.

Reafirmamos que a Carta Compromisso foi construída coletivamente e protocolada como contribuição concreta para uma cidade socialmente justa, ambientalmente equilibrada e climaticamente resiliente. O Fórum Popular de Justiça Ambiental e Climática de Rio das Ostras não atua apenas na crítica, mas também na proposição. Queremos contribuir, dialogar e colaborar para a construção de soluções públicas sustentáveis e eficazes para o município.

Todos nós do Fórum nos solidarizamos com todas as famílias atingidas e reiteramos que enfrentar os impactos da crise climática exige responsabilidade pública, planejamento técnico, compromisso com a justiça socioambiental e participação social.

Rio das Ostras, 10 fevereiro de 2026.

Fórum Popular de Justiça Ambiental e Climática de Rio das Ostras

